

sobre tudo

POR UMA ESCOLA PLURAL

Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em vigência desde 1996, assegure a educação como um direito universal, a presença de alguns grupos sociais no espaço escolar sempre foi conturbada. E um desses grupos “minoritários”, historicamente ausente ou silenciado, é o das mulheres. Ou era.

A fotografia da capa desta nova edição da revista **Sobre Tudo** apresenta três estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental. Meninas alegres, fortes, companheiras e seguras. Elas estão onde devem estar, na escola. As palavras-síntese dessa imagem (escola, meninas, força, alegria, liberdade) abrem caminho para muitas leituras. A cena, em sintonia com a presente edição, nos convida a refletir sobre a presença da mulher dentro e fora da escola.

De acordo com o IBGE, em pesquisa divulgada no último ano (PNAD 2017), o número de meninas/mulheres de 14 a 29 anos que não estudam por causa dos afazeres domésticos é 30 vezes maior do que o dos meninos/homens da mesma idade. Uma barreira cultural responsável por limitar o acesso das meninas à escola, curso técnico e de qualificação profissional e das mulheres à cursinho preparatório para o vestibular e universidade.

Naturaliza-se o cuidado do lar e da família como se fosse um “dom”, uma característica biologicamente inata ao “ser feminino”, mascarando que se trata da imposição social de tarefas que deveriam ser realizadas de modo colaborativo por ambos, para o cuidado de si e do(a) outro(a). Tal concepção perpassa a própria docência, visto que desde as “normalistas”, que marcaram a instrução pública até a segunda metade do século XX, a função de educar, mesmo no espaço escolar, é constantemente associada à maternidade. Discussão que ainda hoje se faz notar em defesas acaloradas da unidocência ou no número majoritário de mulheres exercendo o magistério, particularmente nos anos iniciais.

No Brasil, a presença feminina nos bancos escolares só foi assegurada depois de muita luta e negociação. Embora a **Lei de Instrução Pública**, de 1827, tenha decretado a criação de estabelecimentos de ensino destinados às meninas, essas instituições reproduziam a moral da época: parte do currículo era comum para ambos os sexos, mas apenas às meninas eram reservadas disciplinas como “prendas do lar” e “economia doméstica”. Tal cenário persistiu até meados de 1950, quando finalmente as instituições públicas de ensino passaram a ser mistas.

Embora estejamos vivendo outra época, marcada por novas lutas pelos direitos da mulher e de outros grupos oprimidos, o acesso e a permanência de meninas nas escolas ainda não está resolvido, nem no Brasil, nem em muitos outros países. O caso da menina paquistanesa Malala Yousafzai, alvejada a tiros na cabeça ao voltar da escola, no ano de 2012, só reforça o quanto esse problema está longe de ser exclusividade nossa. A mais jovem ganhadora do Prêmio Nobel da Paz, hoje ativista, denunciava em seu *blog* a opressão sofrida por mais de 50 mil garotas de sua região, proibidas de estudar pelas autoridades do Talibã, quando foi baleada. Malala é um caso emblemático de um

problema de grandes proporções. De acordo com o **Atlas de desigualdade de gênero na educação**, levantamento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), divulgado simbolicamente em 08 de março de 2016, quase 16 milhões de meninas no mundo, entre 6 e 11 anos, nunca frequentarão as salas de aula. Número duas vezes maior que o de meninos, entre os quais 8 milhões crescerão apartados da escola.

Não por acaso, a desigualdade no acesso feminino à instrução atinge principalmente os Estados Árabes, a África Subsaariana e a Ásia Meridional e Ocidental. O recorte geográfico e de gênero, como não poderia deixar de ser, revela-se pautado por uma perspectiva de classe social, do indivíduo e de sua comunidade, a saber: a) em nações desenvolvidas a população como um todo tem mais acesso à escola; b) em países submetidos ao imperialismo, a desigualdade social impõe o trabalho aos filhos dos trabalhadores, que têm pouca ou nenhuma chance de prosseguir nos estudos e acender socialmente; c) sob as mulheres pesam esses dois fatores e ainda o imperativo de gênero, com a interdição da rua ou a jornada dupla e mesmo tripla; e d) entre as mulheres negras a chance de estudar, tornar-se independente da família e prosperar financeiramente é ainda menor.

Nem tudo é desalento, pois o cenário é de mudança. Observar nossas alunas sorrindo, livres pelo pátio, permite trazer à luz outros dados sobre a educação das mulheres no Brasil. Apesar do ingresso tardio no universo formal da escola, hoje ocupamos lugar de destaque em todos os níveis de escolaridade. Uma pesquisa do IBGE intitulada **Estatísticas de gênero**: uma análise dos resultados do Censo demográfico 2010, revela que no ensino médio houve um aumento da frequência das meninas de 9,8% em relação aos meninos. E hoje, nas universidades, as mulheres também passaram a ser maioria, uma vez que totalizam 57,1% do total de alunos de 18 a 24 anos.

Não são os únicos indícios favoráveis. Em 2017, Florianópolis foi palco do evento internacional *XIII Mundo de Mulheres e XI Fazendo Gênero*, marcado por uma grande marcha em que se reivindicavam direitos sobre o corpo e a sexualidade, trabalho, terra e dignidade. Além disso, inúmeros grupos e coletivos despontam pelo Brasil, como o *8M* e o *Pão e Rosas*. Exemplos do crescimento das lutas feministas pela América Latina, que já contam com marcos históricos, como as manifestações iniciadas em 2015 na Argentina, sob o lema *#NiUnaMenos* [nem uma a menos]. Unidas inicialmente pelo fim do feminicídio, com seus lenços verdes ocuparam as ruas aos milhares nos últimos meses, para exigir das autoridades o direito ao aborto legal, seguro e gratuito.

As conquistas e a pauta das reivindicações são extensas, por isso traçamos essas linhas mais com o objetivo de oferecer uma chave de leitura ou, quem sabe, uma provocação. Isso porque, embora o Vol. 9, número 1, da revista **Sobre Tudo** não se constitua como edição temática, a presença maciça de trabalhos realizados por mulheres, sejam elas estudantes, professoras ou pesquisadoras, salta aos olhos. Assim, entre acasos e escolhas, essa edição começa com artigos produzidos por seis pesquisadoras. Pâmela Cristina dos Santos, mestrandia em Educação na UFSC, apresenta “Relações étnico raciais e branquitude”, no qual discute os tensionamentos raciais nos processos de socialização de crianças na escola. Em seguida, as professoras Elisangela Melnik Trombetta, Liliane Alves da Silva, Marilei Maria da Silva e Marília Gabriela Petry discutem a possibilidade de fruição estética e literária no cotidiano escolar, em “A roda de histórias do Colégio de Aplicação da UFSC”. Na sequência, a professora doutoranda Lisiane Vandresen compartilha “A escola é lugar de cientistas?”, uma investigação sobre a pesquisa como ferramenta de ensino no ensino

fundamental, a partir das experiência junto ao Projeto Pés na Estrada do Conhecimento.

Conferindo voz aos estudantes da educação básica, socializamos o resultado de quatro pesquisas de Iniciação Científica, todas realizadas no Colégio de Aplicação da UFSC. A estudante secundarista Mariana dos Santos Castro, sob orientação do Professor Lúcio Ribeiro Silvério, produziu o artigo “Conhecimento e prevenção na luta contra o câncer de colo uterino: todos contra o vírus HPV!”. Iara Vaz Proença, juntamente com o Professor Leonardo Schwinden, escreveu “Origem e sentido da religião segundo René Girard”. Isadora Silva Peruyera Sánchez, orientada pela Professora Fernanda Müller, pesquisou a condição da mulher árabe em meio ao fundamentalismo iraniano e a xenofobia europeia, usando a literatura. É o que podemos conferir em: “**Persépolis**, de Marjane Satrapi: uma viagem pela *graphic novel*”. Por fim, o Professor George França orientou o estudante Eduardo de Oliveira da Costa para a produção do artigo “Narrativas do fim do mundo”, no qual analisa o filme **Melancholia**, de Lars Von Trier.

A presente edição ainda inaugura a seção “Relatos da docência”, compartilhando experiências significativas de docentes da educação básica. São três textos, o primeiro das professoras Roseli Zen Cerny e Edna Araujo dos Santos Oliveira, as quais se debruçaram sobre os movimentos de *tomas* [ocupações] nas escolas secundaristas brasileiras, analisados em “Aprendizagens com o currículo das ocupações”. Na sequência, as professoras Magali Dias de Souza e Degelane Córdova Duarte abordam a pedagogia inclusiva em “Jogos de cá e de lá, para todos brincarem: a formação inicial de professores em tecnologia assistiva”. Para fechar, o Professor George Luiz França, juntamente com a Professora Valentina Nunes oferecem “Zinistro: a produção de zines em sala de aula como construção autoral sobre leituras indicadas entre estudantes de ensino

médio”- cujos zines podem ser lidos integralmente no site da revista.

No entre-lugar da licenciatura-escola, apresentamos as aspirantes a professoras, as estudantes do Curso de Biologia Vivian Fragoso Pellis, Sophia Cassol, Ana Paula Tridapalli de Almeida e Suzani Cassiani de Souza, um time de estagiárias inteiramente formado por mulheres, que atuaram no Colégio de Aplicação, orientadas pelos professores Alberto Vinícius Casimiro Onofre e Suzani Cassiani de Souza. Resulta desse processo o relato: “O significado do estágio supervisionado no ensino de ciências na formação de professores”, trabalho desenvolvido nos anos finais do ensino fundamental.

Por fim, a Professora Jilvania Lima dos Santos Bazzo e a mestranda Ione de Carvalho Almeida nos oferecem a resenha “Interdependência entre conceitos, procedimentos e atitudes na pesquisa em educação”, em que problematizam a obra **Metodologia científica e educação**, livro de Agripa Faria Alexandre, publicado pela Editora da UFSC.

Encerrando a presente edição, relembramos as conquistas históricas de pensadoras e trabalhadoras muitas vezes omitidas pelos livros didáticos, como as retratadas na obra **A revolução das mulheres**, organizado por Graziela Schneider (2017). Pensadoras de uma revolução que teve início justamente com um grupo de operárias em marcha pelas ruas de Moscou, em 1917, num dia que entraria para a história como o “Dia Internacional da Mulher”. Soviéticas que há mais de 100 anos já tinham a clareza de estabelecer como pauta o direito ao voto, ao divórcio, ao aborto, às creches e escolas de ensino integral, às lavanderias e aos refeitórios públicos, bem como às condições dignas e igualitárias de trabalho, saúde, educação e arte – sem as quais as mulheres se veem, inclusive, historicamente alijadas de uma efetiva participação na vida política do país.

Contra crenças e moralismos que mascaram a desigualdade social, a atuação das mulheres vai ganhando corpo e acumulando vitórias, por meio de novas organizações e da busca por formação e conhecimento, como atestam os trabalhos aqui reunidos. Retomando as palavras de Rosa Luxemburgo, filósofa e economista polaco-alemã conhecida pela defesa da revolução via mobilização popular, nossa causa maior é a busca “por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.”

Que a escola seja lugar de homens e mulheres, e que com elas venham outras minorias ou majorias igualmente postas à margem. Que as salas de aula pelo mundo se vejam repletas de alunos e alunas com ou sem deficiência, de crianças e jovens africanos, árabes, asiáticos, latino-americanos e das mais diversas etnias indígenas. E que convivam respeitadamente com todas as orientações de gênero, sexualidade e religião. Enfim, que a escola se encha de povo! A primeira conquista passa pelo banco escolar, mas que fique claro que esta é só a primeira, subsídio para as demais.

Uma boa leitura a todos e a todas!

As Editoras
Fernanda Müller
Gláucia Dias da Costa
Lara Duarte Souto Maior